

PROCESSO LEGISLATIVO 2025

AUTOR: MARCIO

MATÉRIA: PLO

EMENTA: Institui o Plano Municipal de Mobilidade Ativa e Sustentável no Município de Juazeiro do Norte e adota outras providências.

1º

2º
RECEBIMENTO NA COMISSÃO DE
CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA

RECEBIDO EM: ____/____/2025

RELATORIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA;

MEMBRO: _____.

3º

ENCAMINHADO COM PARECER A COMISSÃO:

1. Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Consumidor ()

RELATOR _____

2. Comissão de Educação, Esporte e Cultura ()

RELATOR _____

3. Comissão de Saúde e Seguridade Social ()

RELATOR _____

4. Comissão de Política Urbana, Meio Ambiente e Serviços Públicos ()

RELATOR _____

5. Comissão de Orçamento e Finanças Públicas ()

RELATOR _____

6. Comissão de Agricultura e Política Rural ()

RELATOR _____

7. Comissão de Fiscalização e Controle ()

RELATOR _____

4º

DEVOLVIDO COM PARECER A COMISSÃO:

EM ____/____/2025

5º

DEVOLVIDO À MESA DIRETORA COM LEITURA DE PARECER

ENVIADO EM ____/____/2025 _____

6º

7º

Projeto de Lei Ordinária Nº__

18 DE DEZEMBRO 2025

Vereador autor: Márcio André Lima de Meneses

EMENTA: Institui o Plano Municipal de Mobilidade Ativa e Sustentável no Município de Juazeiro do Norte, e dá outras providências.

FAÇO SABER que a CÂMARA MUNICIPAL aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Plano Municipal de Mobilidade Ativa e Sustentável, com o objetivo de promover a segurança, acessibilidade, sustentabilidade ambiental e melhoria da qualidade de vida da população, por meio do incentivo ao uso de meios de transporte não motorizados e de tecnologias limpas.

Art.2º São diretrizes do Plano Municipal de Mobilidade Ativa e Sustentável:

- I – Incentivar o uso da bicicleta e a circulação de pedestres como meios de transporte seguros e acessíveis;
- II – Garantir infraestrutura adequada para ciclistas e pedestres;
- III – Reduzir a emissão de poluentes e o consumo de energia não renovável;
- IV – Promover a inclusão social e a acessibilidade universal;
- V – Integrar as políticas de mobilidade urbana com planejamento urbano e ambiental.

Art.3º O Poder Executivo Municipal deverá elaborar, implantar e manter Planos Ciclovitários, contemplando:

- I – Criação e ampliação de ciclovias, ciclofaixas e ciclorrotas;
- II – Interligação das rotas ciclovitárias aos principais pontos da cidade, como escolas, unidades de saúde, áreas comerciais e terminais de transporte;
- III – Implantação de bicicletários e paraciclos em locais públicos estratégicos;
- IV – Sinalização adequada e campanhas educativas voltadas à convivência segura entre ciclistas, pedestres e veículos.

Art. 4º Fica autorizada a execução de programas de melhoria, adequação e padronização das calçadas públicas, observando:

I – Acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;

II – Nivelamento, largura mínima e piso adequado;

III – Eliminação de obstáculos que comprometam a circulação de pedestres;

IV – Responsabilidade compartilhada entre Poder Público e proprietários, conforme regulamentação.

Art. 5º O Município deverá priorizar a instalação de semáforos com tecnologia solar, especialmente:

I – Em cruzamentos de grande fluxo;

II – Próximos a escolas, hospitais e áreas de grande circulação de pedestres;

III – Em locais com histórico de acidentes de trânsito.

Parágrafo único. Os semáforos solares deverão contar com sistemas de armazenamento de energia, garantindo funcionamento mesmo em períodos de baixa insolação.

Art. 6º O Poder Executivo poderá firmar parcerias com órgãos estaduais, federais, iniciativa privada e organizações da sociedade civil para a execução das ações previstas nesta Lei.

Art. 7º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 8º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIO JOIAS -PRD
VEREADOR AUTOR

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei visa promover uma mobilidade urbana mais segura, sustentável e inclusiva, alinhada às boas práticas adotadas em cidades modernas e inteligentes.

A criação de planos cicloviários, a melhoria das calçadas e a instalação de semáforos solares representam medidas concretas para incentivar o transporte ativo, reduzir acidentes, melhorar a fluidez urbana e diminuir impactos ambientais.

Além disso, o uso de energia solar em equipamentos públicos reforça o compromisso do Município com a sustentabilidade, a economia de recursos públicos e a inovação tecnológica.

Diante da crescente demanda por alternativas de deslocamento mais seguras e acessíveis, este projeto atende diretamente aos interesses da população e contribui para o desenvolvimento urbano responsável de Juazeiro do Norte.

MÁRCIO JOIAS -PRD
VEREADOR AUTOR